



**MEMÓRIA, HISTÓRIA E LITERATURA: RELAÇÕES DE GÊNERO NA
DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

**MEMORY, HISTORY AND LITERATURE: GENDER RELATIONS IN THE
BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP**

Manuela Matté¹

Salete Rosa Pezzi dos Santos²

DOI 10.26512/aguaviva.v3i3.16811

Recebido em: 02 jul. 2018

Aceito em: 09 out. 2018

RESUMO: O presente artigo analisa a contribuição dos relatos de memória da narradora-protagonista do romance contemporâneo *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich, para a percepção do contexto sócio-histórico-cultural da ditadura militar brasileira (1964-1985). Discutem-se, ainda, relações entre literatura e história, memória e história, ditadura militar e gênero.

Palavras-chave: Memória; História; Ditadura Militar Brasileira; Gênero.

ABSTRACT: This paper analyses the contribution of the protagonist-narrator's memories from the contemporary novel *Duas iguais*, by Cíntia Moscovich, to the perception of the social, historic and cultural context of Brazilian military dictatorship (1964-1985). It also discusses the relations between literature and memory, memory and history, military dictatorship and gender.

Keywords: Memory; History; Brazilian Military Dictatorship; Gender.

A literatura é capaz de desvelar os mais variados contextos históricos a partir de suas narrativas e, sobretudo, de suas personagens. As personagens, por sua vez, relatam memórias que permitem a reconstituição histórica de determinados contextos. Memória e história estão,

¹ Mestra em Letras, Cultura e Regionalidade, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Atualmente, é professora de Língua Portuguesa e Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Caxias do Sul. Graduiu-se em Letras Inglês pela Universidade de Uberaba (UNIUBE), em 2018. E-mail: manutis@gmail.com

² Possui graduação em Letras Português-Francês pela Universidade de Caxias do Sul (1971), Mestrado em Letras (2001) e Doutorado em Letras - Literatura Comparada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atualmente é professor Doutor Adjunto III da Universidade de Caxias do Sul e no Programa de Pós-Graduação em Letras - Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade/ UCS e no Doutorado - PPGL/Associação Ampla UCS e UniRitter. E-mail: srpsanto@ucs.br



assim, em contínua relação dialética, uma vez que, de acordo com Seligmann-Silva (2003, p. 67), "não existe uma História neutra; nela a memória, enquanto uma categoria abertamente mais efetiva de relacionamento com o passado, intervém e determina em boa parte os seus caminhos.". Ainda conforme o autor, separar história e memória limita as fontes históricas aos documentos tradicionais escritos, tomando-os como os únicos documentos objetivos e verdadeiros (SELIGMANN-SILVA, 2003), como se as fontes de memória oral fossem dispensáveis, subjetivas ou falsas. Atualmente, entretanto, não só a análise de relatos orais de memória tem contribuído para os estudos sobre memória e história, como também a análise de obras literárias, visto que a literatura permite que se observem e se analisem claramente as relações entre essas duas categorias.

A partir dos relatos de memória, é possível analisar o contexto em que se inserem as personagens de uma determinada obra literária, o que se torna relevante na busca de identificar como os diversos processos de interação social ocorrem, não só na obra em análise, mas na sociedade representada nessa obra de ficção. Sem a pretensão de ser o espelho da sociedade ou apresentar personagens heroicos (BORDINI, 2006), a narrativa atual apresenta espaços em que se dá voz a personagens que vivem em uma determinada sociedade e que se relacionam nesses espaços sociais, em diferentes grupos, com diferentes pessoas. A personagem da narrativa atual não é heroica, não é una, "não acolhe mais qualquer definição de fixidez, de unidade social ou moral ou de coerência psíquica ou axiológica." (BORDINI, 2006, p. 141). Na verdade, estudos atuais da personagem procuram analisar a representação de sujeitos plurais, em contextos plurais.

Segundo Candido (2008, p. 14), sabe-se que "o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno." O histórico e o social são critérios indispensáveis para a análise íntegra da obra (CANDIDO, 2008). Cevalco (2009, p. 322) explica que "os elementos que se costuma, em crítica cultural, considerar externos – como, por exemplo, modo de produção econômica, relações sociais, tempo histórico – são de fato internos, na medida em que são eles que estruturam a forma dos produtos culturais." Fazer uma análise predominantemente crítica implica apreender os aspectos contextuais e o funcionamento de uma determinada sociedade real ou representada. O estudo da personagem, por sua vez, precisa estar concomitantemente atrelado ao estudo do contexto, afinal, a personagem se insere em contextos marcados pela multiplicidade: "contextos nacionais, culturais, econômicos, de



gênero, de classe social, de raça, de etnia, de idade, de posição política e religiosa." (BORDINI, 2006, p. 140).

Configurando o contexto histórico de obras literárias, a ditadura tem sido tema literário na América Latina não só de grandes nomes como Vargas Llosa³ e Gabriel García Márquez⁴, mas também de escritoras⁵, a partir dos anos 1980, que procuram evidenciar as questões de dominação de gênero consequentes dos regimes militares latino-americanos (ZINANI, 2010). De acordo com Weinhardt (2008), a literatura sobre esse tema produzida após os anos 80 possui um caráter de reflexão bastante abrangente. Zinani (2010, p. 46) acrescenta que "na abordagem feminina da ditadura, constata-se a apresentação de um caráter testemunhal dos eventos narrados, o qual aproveita a memória individual e coletiva, a fim de construir, a partir de pequenos relatos, a história não oficial dos acontecimentos agora transfigurados em ficção." As literaturas que tematizam a ditadura, portanto, constituem-se como narrativas de cunho testemunhal, contribuindo para uma melhor compreensão da história, visto que "as pérolas mais translúcidas da narrativa histórica são, com frequência, encontradas na ficção que é, há muito tempo, componente importante para a compreensão histórica" (LOWENTHAL, 1998, p. 126).

A presente análise procura identificar o contexto histórico de inserção da personagem literária – a ditadura militar brasileira – a partir do estudo da memória. A memória, segundo Pollak, é um "fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes." (POLLAK, 1992, p. 2). Atribui-se a Halbwachs a ideia de que a memória nunca é individual, mas coletiva (HALBWACHS, 2006). Esses dois tipos de memória não são opostos; pelo contrário, a memória individual faz uso da coletiva e vice-versa:

se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância. (HALBWACHS, 2006, p. 71-72).

Acredita-se, assim, que, a partir do estudo da memória da personagem, se possa chegar à compreensão da memória coletiva e, conseqüentemente, da sua relação com a história.

³ Vide *A festa do bode* (2000).

⁴ Vide *O outono do patriarca* (1975).

⁵ Para citar alguns nomes, "Isabel Allende (1984), Marcela Serrano (1994), Gioconda Belli (1988), Julia Alvarez (1994), Elsa Osorio (1999), Luisa Valenzuela (1990), Nérida Piñon (1987) e Ana Maria Machado (1988)." (ZINANI, 2010, p. 46).



Memória coletiva e história não são a mesma coisa: a primeira mantém o que está vivo, não é artificial; a segunda divide o tempo em períodos e usa, portanto, da artificialidade (HALBWACHS, 2006). Não se pode negar, no entanto, a relação entre as duas, principalmente quando um fato histórico marca, profundamente, um indivíduo, uma comunidade, uma região⁶ ou uma nação⁷.

Personagens literárias são seres humanos testemunha, que recuperam, de forma viva, através das suas narrativas sobre experiências passadas, as mais variadas épocas históricas. Essas narrativas não são construídas individualmente, mas em função dos relatos dos outros. De acordo com Ricoeur (2007, p. 131), "o testemunho não é considerado enquanto proferido por alguém para ser colhido por outro, mas enquanto recebido por mim de outro a título de informação sobre o passado". O passado é fundamental na constituição da existência humana, "ele nos cerca e nos preenche" (LOWENTHAL, 1998, p. 64), ele distingue-se e ao mesmo tempo coexiste com o presente (LOWENTHAL, 1998). Logo, o passado individual e coletivo é trazido à tona através dos relatos de memória.

Destacam-se, no romance contemporâneo *Duas iguais*, de Cíntia Moscovich, as memórias referentes à ditadura militar brasileira e as relações de gênero vivenciadas, nesse período, pela personagem principal. O romance é narrado em primeira pessoa por Clara, uma jornalista judia que, no momento da narração, possui em torno de quarenta anos e que narra sua história de amor homoafetivo, a qual teve início na adolescência, durante os anos da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. Durante sua juventude, vive em uma comunidade judaica de Porto Alegre, no bairro Bom Fim⁸, com os pais e os irmãos. Clara e seus dois irmãos são fruto de uma família tradicional, regida pelos princípios do judaísmo, em que o pai constitui a figura predominante do lar. É a partir da narração, no momento presente, do seu passado, que Clara conscientiza-se da história de sua vida e coloca o leitor a par do contexto histórico vivido por ela e pela sociedade em que está inserida.

⁶ Entende-se por região um "espaço histórica e culturalmente construído por diferentes formas de representação." (ARENDETT, 2011, p. 219).

⁷ Entende-se por nação "um povo que compartilha uma identidade cultural comum, geralmente baseada na mesma língua, no território geográfico e em experiência histórica. Se esses laços não existem ou são pouco desenvolvidos, devem ser fortalecidos, revitalizados ou criados como base para a nação. Embora existam até milhares de nações efetivas ou potenciais, apenas uma fração delas se realiza plenamente." (LAUERHASS JR., 2007, p. 15-16).

⁸ Segundo Santos e Soares (2012), a partir da segunda metade do século XX, os imigrantes judeus, inicialmente estabelecidos no interior do estado do Rio Grande do Sul (em Santa Maria, principalmente), começaram a estabelecer-se em Porto Alegre, lugar visto como favorável para a formação de uma comunidade judaica. O bairro Bom Fim, atualmente, permanece como representante da cultura judaica em Porto Alegre. De acordo com Dias (2012), Porto Alegre é a segunda maior comunidade judaica do Brasil, com uma população aproximada de 10.000 judeus.



A ditadura militar brasileira foi marcada por uma série de conflitos que atingiram, direta ou indiretamente, a população brasileira. Período de forte autoritarismo e censura a quaisquer tipos de expressão, configurou-se pela tomada de poder das Forças Armadas (na maioria dos países latino-americanos), e consequente política de repressão, com o intuito de manter a segurança nacional:

as organizações repressivas elaboraram complexos sistemas que incluíam operações de sequestro de pessoas suspeitas, uso sistemático de métodos de tortura para obtenção de confissões, centros clandestinos de interrogatórios e de detenção de presos políticos, cemitérios clandestinos, etc. Uma característica comum nos países latino-americanos era a extrema dificuldade em localizar as vítimas da repressão bem como tomar quaisquer medidas legais para reverter seus processos, já que oficialmente eles eram desconhecidos das autoridades judiciais. Houve muitos casos de pessoas encarceradas, torturadas e até executadas sem que tivessem sido submetidas a qualquer tipo de julgamento, diversas vezes sem nenhuma comprovação de atitudes "subversivas" (GUAZELLI, 2004, p. 33).

Segundo Colling (1997, p. 22), no Brasil, "o discurso da ditadura militar, que se apresenta como discurso oficial, tenta 'moralizar' o país através de suas regras, não somente econômicas e políticas, mas também as de comportamento de cada cidadão brasileiro." O período foi um misto de ascendência de dominadores sobre dominados, cerceamento dos direitos humanos e domínio patriarcal. Uma mácula na história brasileira, a ditadura carrega uma faceta escura, silenciada no discurso histórico oficial:

é difícil acreditar, mas muitos milhões de brasileiros continuam sendo iludidos por uma história mítica, semeada de períodos trágicos que não são percebidos como tragédia, onde opressão, tortura e morte se sucederam "apenas" como episódios isolados de uma trama sem nexos. E, por ser mítica, essa história não conduz a nada, apenas sacramenta ideologicamente o eterno mando dos donos do poder, encastelados no Estado e detentores da vontade coletiva. Sem memória, pensamos viver uma "normalidade democrática" [...] (BARROS, 1998, p. 11-12).

Na obra em análise, Clara, narradora, pode ser considerada narradora-protagonista e, ao mesmo tempo, narradora-testemunha: encaixa-se nessas duas categorias propostas por Friedman (1967), à medida que narra os seus sentimentos e experiências individuais e, ao mesmo tempo, narra acontecimentos da história do Brasil. Segundo Lowenthal (1998, p. 82), "satisfeitos de que nossas lembranças nos pertencem, buscamos também ligar nosso passado pessoal à memória coletiva e à história pública". Clara, à medida que narra seus relatos pessoais, traz à tona o contexto histórico público determinante de muitos acontecimentos que vivencia:

é no mesmo movimento dialético que a memória vem confortar ou enfraquecer as representações identitárias, e estas vêm reforçar ou enfraquecer a memória. Em todos



os casos, esse trabalho de memória é coletivo desde sua origem, pois se manifesta "no tecido das imagens e da linguagem" que devemos à sociedade e que nos vai permitir dar uma ordem ao mundo. (CANDAUI, 2011, p. 78).

Os relatos de Clara contribuem, durante toda a narrativa, para que o leitor acompanhe fatos de que o país foi vítima nos anos ditatoriais. A memória da personagem pode ser analisada como memória social, à medida que traz à tona um lado da moeda nem sempre visível na história oficial brasileira. Mesmo com aspectos particulares, a memória da protagonista tem sustentação na esfera pública: "esse trabalho da memória nunca é puramente individual. A forma do relato, que especifica o ato de rememoração, 'se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão', o sentimento do passado se modifica em função da sociedade." (CANDAUI, 2011, p. 77). Além disso, para Bordini (2006), o contexto configurado a partir da memória individual da personagem funciona como um lugar de identificação não só para a personagem, mas também para o leitor de ficção. Os relatos de Clara, assim, podem ser analisados como relatos de mulher, fundamentais na afirmação de sua identidade:

relembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória, recordar experiências passadas nos liga a nossos *selves* interiores, por mais diferentes que nos tenhamos tornado. "Como apenas a memória permite conhecer a [...] sequência de percepções", argumenta Hume, "deve ser considerada [...] como a fonte de identidade pessoal." (LOWENTHAL, 1998, p. 83).

Além de ser fonte de identidade pessoal, a memória de Clara, enquanto mulher, contribui para a reconstrução das relações de gênero durante o período histórico da ditadura militar brasileira. Zinani (2010) afirma que a ditadura sempre foi vista como uma questão de homens, não de mulheres. Mesmo nas organizações de opositores aos regimes militares, estudos apontam que cerca de 80% dos componentes eram homens (RIDENTI, 1990). Entretanto, se pensarmos que os estudos de gênero no Brasil desenvolvem-se com maior força a partir dos anos de 1970 e 1980, época da ditadura, concluímos que as mulheres, ainda que em número menor, tiveram um papel fundamental na constituição de sua história e na história de seu país: "das maneiras mais diferenciadas, ainda que distantes de uma perspectiva propriamente feminista, as mulheres marcaram a cena política da sociedade brasileira" (RIDENTI, 1990, p. 5). Nascimento et al. (2007, p. 360), com o intuito de desvelar o silêncio da história oficial, realizaram entrevistas com mulheres ex-militantes, findo o período da ditadura no Brasil, acreditando que, "através do conteúdo de suas narrativas, com suas lembranças e consequente



reconstrução de suas histórias de vida, haverá possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada." Da mesma forma, a partir das memórias presentes na narrativa de Clara, representante de identidades plurais, o mesmo resgate pode ser feito. Trata-se de um ser ficcional, mas tão testemunha quanto as mulheres partícipes da ditadura.

A partir das conversas com o pai e das notícias que ele lê no jornal, toda manhã, para a família, Clara reconstitui um espaço de memória social ainda hoje desconhecido de muitos brasileiros:

[...] o professor de História falava em golpe de Estado que nós não presenciamos porque éramos muito pequenos, todos falavam no regime de exceção em que vivíamos. Na televisão, alguém anunciava que nunca havíamos sido tão felizes. Parecia ser verdade, ao menos até onde eu percebia. Havia coisas erradas com o país, dizia meu pai, completando que, por outro lado, éramos testemunhas do maior milagre econômico já presenciado na história brasileira. Eu sabia que meu pai não apreciava muito os militares mas, por outro lado, eu também sabia que, para ele, as fardas eram um mal necessário. (MOSCOVICH, 2004, p. 26).

Em um período histórico extremamente conturbado da sociedade brasileira, Clara anseia, ainda na adolescência, tornar-se jornalista. Durante os anos finais do ensino médio, começa a perceber, com um olhar mais crítico, outras facetas da ditadura militar: "aprendíamos que os militares eram, na verdade, um mal não tão necessário assim e que havia um clima de guerra velado" (MOSCOVICH, 2004, p. 27); "passei a conhecer gente e mais gente com marcas de tortura recentes" (MOSCOVICH, 2004, p. 27)⁹. Entre outros relatos, Clara narra um fato marcante ocorrido em sua comunidade, que chocou os moradores: um jornalista judeu havia sido encontrado morto na prisão. Suspeitando, a princípio, de suicídio, Clara fica a par da verdade a partir de uma revelação de Ana: "preso político não se matava, preso político era *morrido*." (MOSCOVICH, 2004, p. 27).

As memórias – ainda que relatadas a partir de um ponto de vista individual e do tempo presente, o que implica na impossibilidade de relatá-las sem que seja o futuro do passado incorporado à narrativa (CANDAUI, 2011) – são histórias vivenciadas, que constituem, ao serem revividas, um panorama vivo e natural, muitas vezes, impossível de ser apreendido pela história escrita (HALBWACHS, 2006). O que é narrado por Clara coincide com relatos e fatos

⁹ A respeito dos episódios de tortura da ditadura militar, vide Gaspari (2002).



históricos da história escrita sobre o regime militar, corroborando a ideia de que a memória coletiva é apreendida também a partir das memórias individuais.

Preocupado com as notícias de pessoas torturadas e desaparecidas, com a opção profissional da filha e com a sua participação, em pleno regime militar, como editora do jornalzinho da escola, o pai de Clara reiterava sua antipatia pela carreira de jornalista:

meu pai se desesperava com minhas idas e vindas. Me ameaçava dizendo que eu sequer ousasse sonhar em querer seguir a carreira de jornalista; se eu quisesse escrever por brincadeira, estava muito bem, mas que nunca, em hipótese alguma, eu mencionasse aquele assunto de gente torturada e desaparecida. Coisa de comunista, alertava. (MOSCOVICH, 2004, p. 29).

É visível a vontade do pai de que Clara casasse, tivesse filhos, cuidasse, ao lado do marido, dos negócios da família e abandonasse a ideia de ser jornalista: "bem sabia que ele ainda esperava que mudasse de ideia. E esperava mais: que eu esquecesse meus afetos passados, que eu arranjasse um marido, que meu marido trabalhasse na construtora, que tivéssemos filhos, que os filhos herdassem o negócio, e assim por diante, séculos afora." (MOSCOVICH, 2004, p. 107). De acordo com Bassanezi (2006, p. 608), do início até a metade do século XX, conforme matérias veiculadas em revistas e jornais da época, a imagem da mulher ainda era aliada às ideias de maternidade, casamento e dedicação ao lar. Porém, "isso não quer dizer que todas as mulheres pensavam e agiam de acordo com o esperado, e sim que as expectativas sociais faziam parte de sua realidade, influenciando suas atitudes e pesando em suas escolhas." Além disso, a partir dos anos 1960, a mulher começa a se desvincular dos papéis domésticos e a ganhar mais espaço em outros âmbitos:

a expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava, gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Este processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar. (SARTI, 2001, p. 36).



Assim, a respeito dos anos de chumbo, Fico (2004, p. 36) afirma que "de fato, a história do Brasil entre 1964 e 1985 não se restringe à história da ditadura militar". A história dos avanços conseguidos pelas mulheres prova que novas concepções nas relações de gênero estavam se concretizando. Muitas famílias enxergavam a educação das filhas como algo benéfico e positivo. Outras, porém, como a família de Clara, ainda aliavam o papel da mulher ao reduto doméstico.

Além de sua não aprovação à escolha profissional da filha, o pai de Clara também não gostava da amizade dela com Ana, colega da escola. Desde o início da amizade das duas – que, posteriormente, se transformou em paixão –, o pai de Clara mostrou-se antipático em relação à Ana, pelo fato de ela não ser judia e por ser filha de adeptos de movimentos de resistência à ditadura: "meu pai tinha certa reserva com relação àquela nascente amizade. Além do fato de não serem dos nossos, corria o boato de que os pais de Aninha estariam ligados a grupos políticos clandestinos." (MOSCOVICH, 2004, p. 25). Conforme Nascimento et al. (2007, p. 360), "a clandestinidade deixou de ser opcional para muitos e tornou-se obrigatória, à medida que as ideias inspiradoras do movimento de reconstrução sócio-política do país, em conjunção com a transformação de valores e costumes, tiveram que encontrar novas formas de existência." A família de Ana, assim, consistia em uma ameaça ao regime militar e à família de Clara, na visão conservadora do pai, que sempre mostrou um certo temor em relação à ditadura e suas práticas. Para ele, o melhor a fazer era aceitar o regime e evitar quaisquer atitudes que pudessem despertar a atenção de quem estava no comando.

Clara, no entanto, não obedece ao pai, continua sua amizade com Ana e opta decididamente pelo jornalismo, afinal, como ela mesma afirma, "nunca tivera coragem de declarar que casamento era minha última intenção sobre a face da Terra." (MOSCOVICH, 2004, p. 107). Em um período extremamente conservador e marcado pela repressão, Clara transgrediu o que era esperado dela como mulher. Cursa a faculdade de jornalismo, trabalha em um jornal local e apaixonou-se por sua melhor amiga.

Embora tenha se configurado como um momento de extrema repressão, a ditadura militar sofreu resistência por parte de muitos, principalmente, dos trabalhadores e estudantes, pois "os governos militares que se sucedem a partir do golpe de 1964 enfraquecem os canais de integração social dos trabalhadores e reduzem drasticamente o acesso à cidadania social, impondo o que pode ser chamado de 'cidadania em recesso'." (GIULANI, 2000, p. 642). Dentre os trabalhadores e estudantes estavam mulheres como Clara, não apenas aliando-se a partidos políticos ou à luta armada, mas também enfraquecendo o regime através da mudança de



costumes, valores e pressupostos nas relações sociais. De certa forma, ao ingressar no ensino superior, em uma faculdade de jornalismo, a contragosto do pai que preferia que ela, ao lado do marido, continuasse tomando conta dos irmãos e de seus negócios, Clara resiste à repressão existente na época, propondo também uma forma alternativa de viver sua condição como mulher. A forma de resistência das mulheres, assim, podia assumir diversas facetas, dentre elas, a participação política ou a subversão de determinados princípios nas relações de gênero – algumas delas ingressaram no ensino superior e vislumbraram um futuro sem a necessidade do casamento e da maternidade para constituírem-se como sujeito. Essas eram maneiras de colocar-se contra os pressupostos políticos da época e romper com as condições previstas *a priori* para a mulher. Não repetindo o modelo vigente de obediência, o sujeito feminino rompia com “o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino” (RIDENTI, 1990, p. 2).

Ainda que tenham concedido alguma assistência às camadas populares, a partir de programas de alfabetização, saúde e moradia, os governos militares que se sucederam no período de 1964 a 1985 mostraram-se totalmente repressivos em relação à tomada de voz por parte das mulheres:

tais programas reafirmam a assimetria das relações entre homens e mulheres. Antes de tudo, considera-se como público-alvo dessas políticas a família institucionalmente constituída em torno do *chefe de família* – única autoridade reconhecida e incontestada, único representante das necessidades e das exigências de todos os familiares. (GIULANI, 2000, p. 642).

Percebe-se o paradoxo existente à época, quando mulheres procuravam romper com a hegemonia masculina, mas, ao mesmo tempo, reproduziam e legitimavam, mesmo sem querer, a dominação masculina. Segundo Bourdieu (2007, p. 22), "quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação [...] que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão." Clara, de certa forma, transgride o que a sociedade em que vive espera dela: transgride os padrões ideológicos que insistiam em prever tarefas distintas aos sexos, compatíveis com sua "natureza". Aos homens, as atribuições políticas, o trabalho, a reprodução social. Às mulheres, o recanto doméstico, as atribuições maternas, a submissão social. Clara, inicialmente, tenta subverter esses padrões, matriculando-se em uma faculdade de jornalismo e evitando o casamento: "talvez porque eu quisesse decidir algo por mim mesma uma vez na vida, talvez, talvez, talvez, eu me resolvi pela faculdade de jornalismo." (MOSCOVICH, 2004, p. 105). No



entanto, sofre repressão dentro de sua própria família, além do preconceito por parte da sociedade. Diante disso, acaba abrindo mão de seus anseios e acaba reproduzindo os valores patriarcais da sociedade em que vive: casa-se com um judeu, como havia desejado seu pai.

Ainda assim, as pequenas rupturas iniciais por parte de muitas mulheres, como Clara, mesmo sem aliar-se a partidos políticos, procuravam, no reduto doméstico, questionar obrigatoriedades como virgindade, casamento e maternidade. De acordo com Colling (2004, p. 169),

trabalhar com a história das mulheres, pressupõe o domínio de categorias analíticas para o entendimento das relações de gênero, perpassadas por relações de poder. Ao analisar a história das mulheres, sua participação nos grupos de oposição às ditaduras militares, estas categorias multiplicam-se em importância.

Embora marcado por ditaduras em diversos países do mundo, o século XX foi peça fundamental na história da luta das mulheres por uma posição mais igualitária entre os sexos:

ao ouvirmos, hoje em dia – privilégio da história contemporânea – vidas de mulheres que atravessaram este século, ficamos impressionados com o trágico e o grandioso das suas existências. Devoradas pela guerra, pela revolução ou pela ditadura, mas igualmente espectadoras e atrizes de uma formidável modificação das relações entre os sexos. (THÉBAUD, 1993, p. 7).

A história das mulheres não pode, conforme Bourdieu (2007), se contentar em apenas registrar a exclusão das mulheres. Deve, antes, mostrar o que contribuiu para a exclusão das mulheres e o que as fez reproduzir sua própria exclusão durante a ditadura militar, legitimando a dominação masculina. Soihet (2012, p. 232) afirma que, na década de 1970, mesmo com o surgimento da concessão de alguns direitos políticos às mulheres, não houve "uma reformulação no âmbito das obrigações familiares distintas para mulheres e homens; às mulheres ainda cabia a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos na primeira infância." Dessa forma, durante a ditadura brasileira, as mulheres continuaram excluídas das questões políticas importantes, até porque sentiam-se culpadas se valorizassem demais o trabalho e deixassem de lado suas obrigações domésticas e sua família (SOIHET, 2012). Tomada por sentimentos que vão do medo à rejeição, Clara acaba cedendo às obrigações destinadas às mulheres, ao casar-se e abrir mão de seu amor homossexual: "quis



dar a volta e desistir, mais uma vez o medo, o medo que paralisa, que não se controla, que faz a gente perder o melhor" (MOSCOVICH, 2004, p. 149).

As memórias da personagem de *Duas iguais*, assim, favorecem a ressignificação e reinterpretação dessa mácula presente na história brasileira, cuja face verdadeira nem sempre é contada nos discursos oficiais: "a história. Havia – há – sempre uma outra história [...]" (MOSCOVICH, 2004, p. 252). Conforme Santos (2009, p. 24), "incorporar relatos dissidentes traz problemas quando se trata da construção de uma representação ideológica, mas traz sem dúvida uma interpretação compreensiva mais completa dos processos culturais". Os relatos de Clara contribuem para que se tenha essa percepção mais completa do que acontecia, nos anos ditatoriais, no Brasil. Tamanha repressão vivenciada durante esse período desencadeou o início de uma ruptura com o molde patriarcal e permitiu a tomada dos primeiros passos na construção de uma nova história das mulheres. Para tal percepção, não somente as memórias das mulheres reais, mas também das mulheres ficcionais são fundamentais.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, João Claudio. Contribuições alemãs para o estudo das literaturas regionais. *Pandaemonium Germanicum*, n. 17, São Paulo, 2011. p. 217-238. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198288372011000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 20 jun. 2014.
- BARROS, Edgard Luiz de. *Os governos militares*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 607-639.
- BORDINI, Maria da Glória. A personagem na perspectiva dos estudos culturais. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 135-142, set. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fefid/ojs/index.php/fale/article/viewArticle/622>> Acesso em: 28 jun. 2014.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos da teoria e história literária*. 10 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2008.



CEVASCO, Maria Elisa. Literatura e estudos culturais. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009. p. 319-325.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*. Pelotas, v. 10, 2004, 169-178.

DIAS, Selene de Souza. *As representações do corpo feminino na literatura e nas artes visuais judaicas da América Latina*. Arizona: University of Arizona, 2012. 233 f. Tese (Doutorado em Filosofia). Disponível em: <<http://arizona.openrepository.com/Arizona/handle/10150/247256>> Acesso em: 27 jun. 2014.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2014.

FRIEDMAN, Norman. Point of view in fiction, the development of a critical concept. In: STEVICK, Philip. *The theory of the novel*. New York: The Free Press, 1967.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

GUAZELLI, César Augusto Barcellos. *História contemporânea da América Latina: 1960-1990*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LAUERHASS JR., Ludwig. Um cânone de quatro partes para a análise da identidade nacional brasileira. In: LAUERHASS JR., Ludwig; NOVA, Carmen. *Brasil, uma identidade em construção*. São Paulo: Ática, 2007. p. 11-24.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Projeto história*, São Paulo, n. 17, nov. 1998, p. 63-201. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/Phi storia17.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2014.

MOSCOVICH, Cíntia. *Duas iguais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NASCIMENTO, Ingrid Faria Gianordoli; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. *Interamerican Journal of Psychology*, 2007, v. 41, n. 3, p. 359-370. Disponível em: <<http://www.psicorip.org/Resumos/PerP/RIP/RIP041a5/RIP04138.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2014.



POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992. Disponível em: <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Tempo Socia*, São Paulo, v.1, 1990, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempocial/pdf/vol02n2/AS%20MULHERES.pdf>> Acesso em: 25 jun. 2014.

SANTOS, Rafael José dos. Relatos de regionalidade: tessituras da cultura. *Antares: letras e humanidades*, Caxias do Sul, n. 2, p. 5-26, 2009. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/viewArticle/399>> Acesso em: 20 jun. 2014.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>> Acesso em 28 jun. 2014.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: _____. (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 45-58.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Org.). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto: 2012. p. 218-237.

THÉBAUD, Françoise. Introdução. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Org.). *História das mulheres no ocidente*. Portugal: Afrontamento, 1993-1995. v. 5. p. 7-23.

WEINHARDT, Marilena. O lugar da ficção histórica na literatura brasileira contemporânea. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA LITERATURA, 7, 2008. Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2008.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. *História da literatura: questões contemporâneas*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.